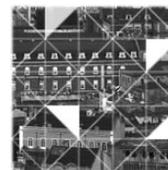


---

# CIDADES, Comunidades e Territórios

---



## Impacto urbanístico na paisagem: Belo Horizonte, 1891-1897

Marcos Vinícius Teles Guimarães<sup>1</sup>,

Universidade Federal de São João Del-Rei, Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Artes Aplicadas, Brasil

### Abstract

The planned city of Belo Horizonte was founded in Brazil at the end of the 19<sup>th</sup> century to be the new capital city of the State of Minas Gerais, Brazil. The urban intervention provoked an intense transformation of the landscape, with no precedents in the Brazilian urban culture of that time. This essay proposes to examine the impact of the built city in its original landscape, tackling the context of creation, the urban plan itself and the interface between the new settlement and the environmental pre-existences. We will also discuss the effect of this transformation on the contemporary urban landscape.

**Keywords:** Urban Planning; Urban Landscape; Urban History; Planned Cities; Belo Horizonte.

### Introdução

A cidade planejada de Belo Horizonte foi fundada no Brasil em finais do século XIX<sup>2</sup> para sediar a nova capital do Estado de Minas Gerais. A enorme dimensão desse projeto urbanístico permite analisar o impacto ambiental causado nesse momento histórico particular. A intensa transformação provocada na paisagem, sem precedentes na cultura urbana brasileira, repercute-se no presente e serve de base para o melhor entendimento da problemática contemporânea.

Para se analisar o impacto do projeto e da construção de Belo Horizonte na sua paisagem original, confronta-se o estado precedente dessa com a nova situação. Num primeiro momento, aborda-se o contexto da demanda e da criação da cidade e descreve-se o plano urbanístico. A continuação, desenvolve-se o argumento ao contrastar o novo assentamento (zonificação, traçado urbano, equipamentos, áreas livres, edificação, etc.) e as pré-existências ambientais (topografia, hidrografia, patrimônio, população, etc.). Finalmente, examina-se o efeito na paisagem atual da cidade.

### A criação da cidade

A decisão de se construir a nova capital surge de uma iniciativa governamental, animada pelo espírito republicano e modernista de finais do século XIX. A capital anterior Ouro Preto, originada da atividade de exploração aurífera do período colonial, já não atendia à ordem política e social da época. Se antes Ouro Preto

---

<sup>1</sup> margui22@hotmail.com

<sup>2</sup> Para uma crítica sobre o espírito modernista de finais do século XIX, cf. Sitte (1980).

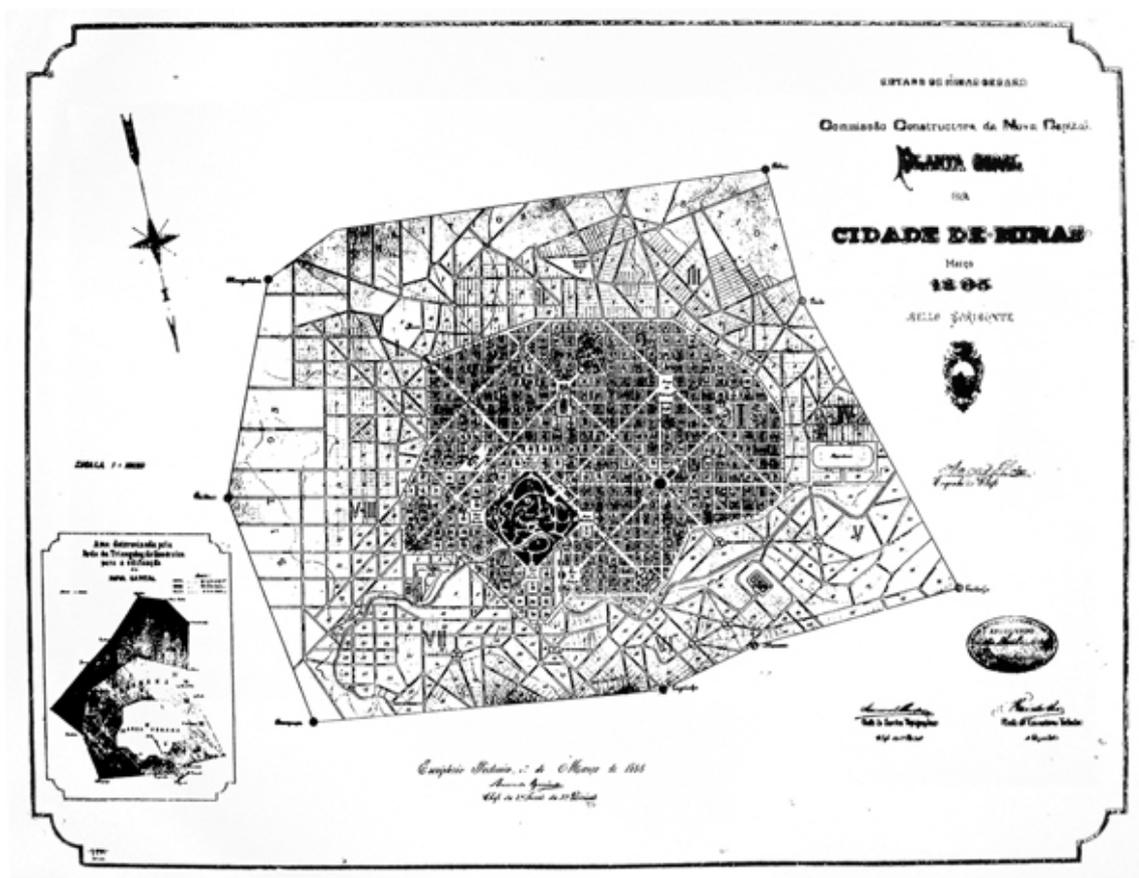
havia sido um importante centro de mineração e comércio, agora entrava em plena decadência econômica. Além do mais, sua situação topográfica, encravada num profundo vale, impedia seu pleno crescimento. O projeto urbanístico surgiu em contraposição a esse passado colonial e monárquico.

Em 1891 é nomeada uma comissão a cargo do engenheiro Aarão Reis<sup>3</sup> (1853-1936) para estudar possibilidades de localização da nova cidade. São examinadas cinco diferentes localidades, a partir de parâmetros basicamente geográficos e estratégicos, considerando-se principalmente a posição central no território do Estado e a conexão com os principais centros econômicos do país em torno das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Apesar do relatório técnico ter indicado outra localidade como a mais viável, o governo aprovou em 1893 o Curral del Rey como lugar da futura capital (Caldeira, 1998: 62-63). Isso significa que, já na determinação do sítio de assentamento urbano, é dada prioridade às decisões de fundo político em vez de serem consideradas as condições ambientais prévias.

### O projeto urbanístico

A memória descritiva e a planta da cidade, ambas datadas do ano 1895, dão uma idéia das características do projeto urbanístico original (Figura 1).

**Figura 1. Planta de Belo Horizonte, com detalhe que indica as zonas urbana, suburbana e a de sítios**



Fonte: Comissão Construtora da Nova Capital (1997).

Nota: Realizada pela Comissão Construtora da Nova Capital, Março de 1895, escala original 1:10.000.

<sup>3</sup> Aarão Reis realizou estudos nas áreas de engenharia geográfica, engenharia civil, física e matemática. Para uma síntese biográfica, ver: Leme, 2005:448-451.

“É com maior satisfação que submeto, hoje, à aprovação de V. Exc. a planta geral da futura «Minas» (...) . (...) Foi organizada a planta da futura cidade dispondo-se na parte central, no local do atual arraial, a área urbana de 8.815.382 m<sup>2</sup>, dividida em quarteirões de 120 x 120m, pelas ruas largas e bem orientadas, que se cruzam em ângulos retos e por algumas avenidas que as cortam em ângulos de 45°. Às ruas fiz dar a largura de 20m, necessária para a conveniente arborização, a livre circulação dos veículos, o tráfego dos carris e os trabalhos de colocação e reparações das canalizações subterrâneas. Às avenidas fixei a largura de 35m, suficiente para dar-lhes beleza e o conforto que deverão, de futuro, proporcionar à população. Apenas a uma das avenidas, que corta a zona urbana de norte a sul, e que é destinada à ligação dos bairros opostos, dei a largura de 50m, para constituí-la em centro obrigado da cidade e, assim, forçar a população quanto possível, a ir se desenvolvendo do centro para a periferia, como convém à economia municipal, à manutenção da higiene sanitária, e ao prosseguimento regular dos trabalhos técnicos. Essa zona urbana é delimitada e separada da suburbana por uma avenida de contorno, que facilitará a conveniente distribuição dos impostos locais, e que, de futuro será uma das mais apreciadas belezas da nova cidade. A zona suburbana, de 24.930.803 m<sup>2</sup>, em que os quarteirões, os lotes de áreas diversas, e as ruas traçadas de conformidade com a topografia e tendo apenas 14m de largura, circunda inteiramente a urbana, formando vários bairros, e é, por sua vez envolvida por uma terceira zona de 17.747.619 m<sup>2</sup>, reservada aos sítios destinados à pequena lavoura.” (A. Reis, Ofício n.26, Belo Horizonte, 23 de março de 1895, citado por Caldeira, 1998: 67-68)

Em resumo, a cidade se constituía de três zonas: a urbana, a suburbana e a de sítios, com a primeira caracterizada por um traçado regular que privilegiava a comunicação, o trânsito e a “higiene” espacial.

### **Áreas livres e construções**

As principais construções e edifícios públicos foram localizados nos cruzamentos das avenidas. Destacam-se, entre outros, o complexo político-administrativo da Praça da Liberdade com o palácio governamental e as secretarias e o bairro comercial na parte baixa da cidade onde se situavam o mercado e a estação ferroviária. À zona suburbana destinaram-se o hipódromo, o cemitério e o matadouro, enquanto a zona de sítios, formada por pequenas propriedades agrícolas, garantiria o abastecimento de alimentos.

As principais áreas verdes previstas eram o Parque Municipal e o Jardim Zoológico, mas só o parque foi construído com seus 800 x 800 metros em um terreno pantanoso e de difícil drenagem, junto à avenida principal e ao rio. Foi desenhado em estilo inglês para abrigar um microcosmo de lazer na cidade.

Observa-se uma verdadeira desproporção na distribuição dos espaços públicos segundo as diferentes zonas. A urbana teria 24 praças, 21 avenidas e 63 ruas, enquanto a suburbana, de área três vezes maior, teria só 7 praças, 3 avenidas e 168 ruas. (Caldeira, 1998: 74) A carência de praças e avenidas no subúrbio contradiz a disponibilidade de espaços livres potenciais. Os dados indicam também a supremacia dada à zona “administrativa”, ou seja, a das elites, em detrimento da zona de “bairros”, destinada às classes operárias. A linguagem gráfica da planta reafirma o contraste de densidade e detalhe entre a zona central e a periférica, separadas social e espacialmente pelas rígidas divisões das poligonais.

A importância dada ao sistema viário é explicada pela sociabilidade da rua e pela aplicação de ideais modernos como os de movimento, comunicação e ventilação (Caldeira, 1998: 73). A regularidade geométrica do traçado é inclusive um recurso para estabelecer eixos e cruzamentos monumentais, no sentido de enfatizar elementos urbanos importantes como praças, complexos edificadas e áreas verdes. As avenidas diagonais foram projetadas como extensos bulevares para melhorar a ambientação da cidade, mas representaram também mecanismos de simbologia sócio-econômica e de controle político (Benjamin, 1998: 187-190).

### **Topografia e hidrografia**

Na escolha da localidade consideraram-se as condições topográficas e hidrográficas, como se pode observar num dos primeiros mapas de reconhecimento do lugar (Figura 2).

**Figura 2. Planta da localidade do Curral del Rey (1893)**

Fonte: Elaborada pela Comissão de Estudos das Localidades Indicadas para a nova capital, Fundação João Pinheiro (1997).

Notas: O norte geográfico está orientado para baixo., escala original 1:24.000.

Estão aqui identificados alguns dos elementos que serviram de referência ao projeto urbanístico: as curvas de nível, os cursos de água, o traçado do arraial existente e a propriedade pública ou privada das terras.

O relevo acidentado, caracterizado por um “mar de morros”, com altitude média de 850 metros acima do nível do mar, corresponde à zona de planaltos de Minas Gerais (IBGE, 2010). Sobressai uma cadeia montanhosa, a Serra do Curral, que marca uma forte presença na paisagem e delimita o território ao sul. Dessa cadeia escorrem pequenos riachos que acabam desembocando no Rio Arrudas ao norte.

Ao contrário da adequação topográfica no traçado da zona suburbana, na zona urbana o perfil geométrico superpõe-se rigidamente ao terreno ondulado. Como consequência dessa falta de adaptação, a inclinação acentuada, tanto das ruas e avenidas como das quadras, ocasiona dificuldades em termos de circulação, de instalação de infra-estrutura e de edificação.

Quanto ao aspecto estético, observa-se a falta de direção precisa da rede ortogonal de ruas em relação à Serra. Mesmo assim, a avenida principal da cidade sobe desde a área central até a montanha, que atua como um marco de referência, um elemento simbólico que, além de evocar o sítio geográfico originário e a natureza, proporciona orientação espacial às pessoas.<sup>4</sup>

A atalaia da Praça da Liberdade cumpre uma função referencial semelhante à da montanha. Apesar dos imensos movimentos de terra realizados para a sua construção (Caldeira, 1998: 76), expressa um gesto preciso de

<sup>4</sup> Para uma referência a elementos naturais como marcos de orientação na paisagem, ver: Lynch, 1980:90.

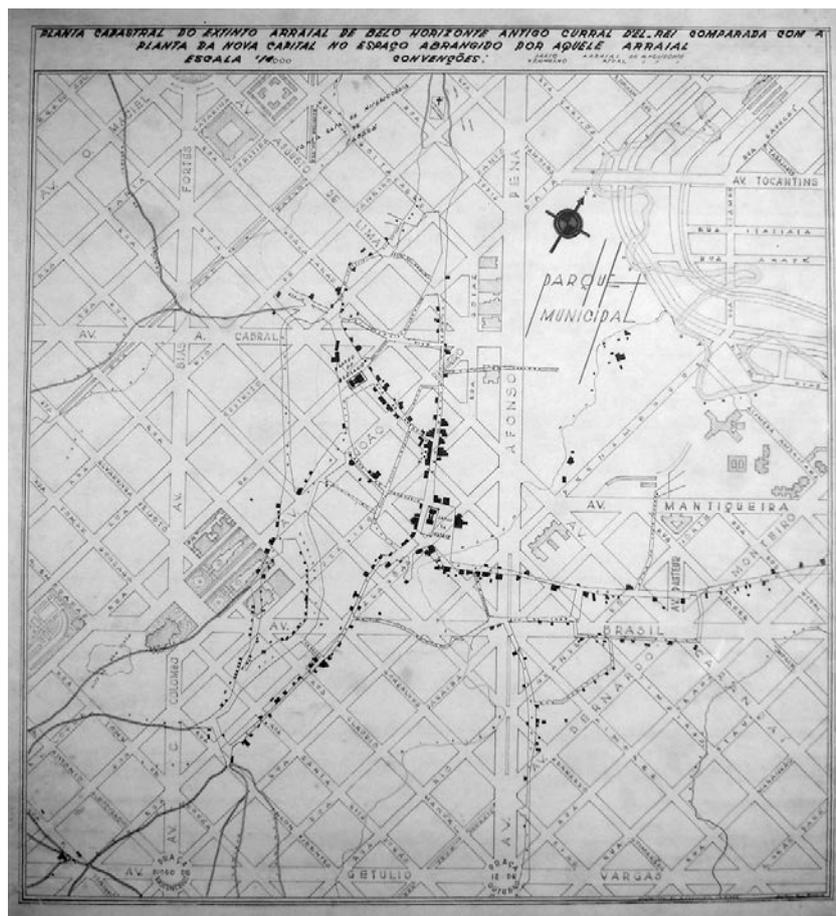
adaptação topográfica ao assentar-se na cota mais alta da área sobre uma colina, no cruzamento de importantes avenidas. Assume assim uma posição de acrópole na paisagem, sobressaída e conectada em termos tanto espaciais como simbólicos, de acordo com seu papel cívico e governamental na cidade.<sup>5</sup>

A concordância entre o novo projeto urbanístico e as pré-existências do lugar manifesta-se também em termos hidrológicos. Dado o contexto higienista que predominava sobre as questões ambientais, os cursos de água eram vistos mais como infra-estrutura sanitária do que elementos compositivos da paisagem. A sobreposição do traçado urbano indica que os riachos existentes foram entubados por baixo das vias para funcionar como canais de desagüe até o rio; este tem seu curso simplificado na área planejada, mas serpenteia no extremo norte da zona urbana, passando pelo Parque Municipal e pela Estação Central para depois seguir caminho até à periferia. Apesar da suposta imposição técnica e estética do plano geral, parece existir aí certa vontade de integrar o rio na ambientação dos espaços públicos da cidade.

### O arraial existente

Outros aspectos do impacto urbanístico frente às pré-existências do lugar são observados na quase completa destruição do arraial existente, o Curral del Rey, surgido no início do século XVIII (Figura 3).

**Figura 3. Planta cadastral do arraial do Curral del Rey | planta da nova capital Belo Horizonte**



Fonte: Fundação João Pinheiro (1997).  
Nota: Década de 1940, escala original 1:4.000.

<sup>5</sup> Para uma discussão sobre aspectos espaciais e simbólicos de áreas elevadas na paisagem, ver: Alexander, 1977: 315-318.

O traçado da vila colonial caracteriza-se por um assentamento espontâneo e um sistema viário estreitamente relacionado com o relevo. Os caminhos chegam de diferentes direções da região, transformam-se em ruas e confluem até às praças. A irregularidade geométrica, com uma grande variedade na distribuição de ruas, edificações e espaços livres, contrasta fortemente com o traçado homogêneo da nova cidade. A forma regular dos quarteirões e a configuração predisposta dos espaços públicos formam uma tela de fundo neutral debaixo do complexo substrato topológico existente.

A planta geral da cidade planejada (ver Figura 1) reafirma o contraste entre os dois traçados. As avenidas e ruas, articuladas a 45°, proporcionam uma conexão interna aceitável na zona urbana; esta, porém, encontra-se encapsulada pela avenida de contorno. A confusa transição para a zona suburbana está marcada por uma descontinuidade do sistema viário que se interrompe e se inflexiona. Isso não acontece no arraial, onde a articulação orgânica entre os espaços abertos, ruas e caminhos de acesso sugere não só uma maior interrelação entre os elementos urbanos como também uma maior flexibilidade em termos de distribuição territorial e de futuros crescimentos.

O significado estético, patrimonial e inclusive social do arraial existente pode ser melhor apreciado numa fotografia da época imediatamente anterior à intervenção urbanística (Figura 4).

**Figura 4. Vista da Igreja Matriz da Boa Viagem e arredores no arraial do Curral del Rey (1896)**



Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

A regularidade construtiva predomina no casario, enquanto a igreja matriz da Boa Viagem destaca-se pelo seu grande volume e posição altiva. Este foi o único edifício preservado na zona urbana da nova capital, não devido à vontade da Comissão Construtora, que propôs substituí-lo, mas à intervenção da instituição religiosa (Estado de Minas, 1996: 13).

A escassa consciência patrimonial e a debilidade das leis de proteção facilitaram a demolição de uma vila com tecido construtivo disperso e carente de monumentalidade. Com o clima político e simbólico definido em torno do recém instalado sistema republicano, a herança colonial tornara-se caduca e não tinha por quê ser preservada.

Além de representar uma perda de patrimônio físico, a quase completa destruição da vila foi uma “tentativa de eliminação das raízes históricas e de um estilo de vida existente” (Estado de Minas, 1996: 13).

Tal atitude de *tabula rasa* contrapõe-se à idéia de precedência, na qual os modelos passados são tomados como elementos simbólicos e fontes de referência histórica através das quais se cria identidade, se aprende e se extraem conceitos. O traçado da vila tinha propriedades indicadoras de vantajosas condições de funcionamento a curto e longo prazo, que poderiam ter sido melhor interpretadas no projeto urbanístico da nova cidade.

### **População e propriedade**

Outros parâmetros de análise do projeto urbanístico referem-se à população e ao sistema de distribuição das propriedades. Destacam-se, nesse contexto, o conceito de segregação, segundo os substratos sócio-econômicos, e o de especulação, ligado ao sistema de aquisição e comercialização dos lotes.

Ao implementar-se o plano urbanístico, cerca de 4.000 habitantes do arraial tiveram que ser temporariamente deslocados de seus lares. Apesar da intenção por parte dos planejadores de não permitir a permanência de ninguém nas zonas urbana e suburbana, foram doados lotes aos moradores originais (Caldeira, 1998: 71,81).

Na zona urbana alojaram-se especialmente as elites políticas e econômicas. 15.5 % dos lotes foram destinados aos “ilustres moradores” da cidade de Ouro Preto, supostamente prejudicados pela mudança da capital do Estado, e outros 14.5 % aos funcionários públicos. 56 % foram comercializados e só cerca de 11 % restaram ao poder público (Caldeira, 1998:81). As porcentagens mostram a reduzida quantidade de terrenos de propriedade estatal que já havia sido indicada como uma limitação na escolha da localidade do Curral del Rey. Os dados de distribuição e venda dos lotes sugerem também a discriminação de grupos sociais e um iminente processo de especulação imobiliária.

Com isso, os 6.000 operários que participaram da construção da cidade, e que representavam o setor mais pobre da população, além dos imigrantes e aventureiros, todos em busca de oportunidades na nova capital, instalaram-se como puderam. Ocorreram assim, já na gênese da cidade planejada, as primeiras formas de ocupação informal, principalmente na zona suburbana, onde logo apareceram os primeiros bairros com construções e infraestrutura precárias. Pouco tempo depois de ter sido inaugurada, a cidade já “se consolidou de forma fragmentada, alternando construções modernas com vazios e construções espontâneas, enquanto que a periferia se desenvolvia de forma anárquica” (Gomes e Lima, 2005: 122).

A manipulação sócio-econômica e política da população e da propriedade do solo está especialmente refletida no projeto urbanístico. A divisão entre a zona urbana, de caráter administrativo e elitista, e a zona suburbana, destinada ao assentamento de bairros populares, é um claro mecanismo de segregação sócio-espacial. A cidade planejada em posição central e circundada por áreas de desenho mais irregular reforça a idéia de centralização e de hierarquia de classes de poder.<sup>6</sup> Ironicamente, o crescimento previsto por Aarão Reis, partindo do centro para a periferia, se deu, num primeiro momento, em sentido contrário ao planejado, com significativa parte da ocupação inicial nos subúrbios e a presença de vazios na zona urbana (Gomes e Lima, 2005: 122). Em meio a um conflito entre as dimensões política, social e espacial da paisagem, nasceu a cidade sob uma tensão ocasionada pelos movimentos populacionais e pela especulação imobiliária.

### **Salto à atualidade**

A cidade planejada, prevista para sediar inicialmente 30.000 habitantes, e com capacidade de crescimento para 200.000 habitantes, alcançou esta cifra máxima já na década de 1940, quando se acentuaram os processos de

---

<sup>6</sup> Para uma discussão sobre princípios de exclusão social e relações de poder entre classes, ver: Harvey, 1993.

industrialização e de migração rural-urbana. Retomado o sentido da expansão do centro para a periferia, Belo Horizonte transformou-se numa metrópole cuja população é estimada atualmente em quase 5 milhões de habitantes. (IBGE, 2010)

O impacto do projeto urbanístico original repercute na paisagem urbana contemporânea. O contraste entre cenários de antes e de agora ilustra tanto mudanças radicais como aspectos que permanecem (Figuras 5 e 6).

**Figura 5. Vista geral da cidade de Belo Horizonte (1897)**



Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto.

**Figura 6. Vista geral de Belo Horizonte (2009)**



Fonte: Acervo do autor.

Salta à vista a diferença de escala construtiva, com a situação atual mais densa e vertical desvirtuando o substrato topográfico.

Uma vez destruído o arraial existente, permaneceram como referência patrimonial a Serra do Curral e os novos edifícios construídos nas primeiras décadas de vida da nova capital. Apesar da obstrução construtiva, a serra é ainda o símbolo eleito da cidade; sua declaração de patrimônio natural e a proteção do seu entorno, através da criação de zonas de proteção e de parques naturais, não impedem, porém, nem a sua ocupação, tanto por favelas como por torres modernas, nem a exploração de minério no seu lado «invisível» desde a cidade.

Apesar das praças continuarem tendo um papel espacial e simbólico importante, há em Belo Horizonte uma enorme carência de espaços livres de lazer. Das 24 praças originalmente projetadas só 11 foram construídas (Caldeira, 1998: 90). O Jardim Zoológico, com dois terços da sua área transformados em quarteirões, é atualmente um clube esportivo privado e restrito às classes sociais de alto poder aquisitivo. A situação de acrópole da Praça da Liberdade já não tem tanta força, devido ao achatamento dos eixos visuais e à perda de referência topográfica causados pela massa construtiva. As secretarias, antes edifícios monumentais, encontram-se misturadas com a textura edificada.

O Parque Municipal também foi reduzido a um terço da sua área original. Isso aconteceu devido à necessidade de um complexo hospitalar, previsto no projeto de Reis, mas não executado durante a construção da cidade, e à simples transformação de áreas verdes em quarteirões edificados. Mesmo assim, o parque continua sendo um importante elemento de referência urbana.

Se antes o rio se encontrava mais integrado ao parque e à paisagem geral da cidade, hoje reduz-se a um canal seco de concreto, isolado no meio de uma avenida de intenso trânsito. As avenidas da zona urbana, por sua vez, ainda funcionam como eixos de circulação e orientação espacial, apesar de terem perdido parte de suas árvores para dar lugar a um maior número de pistas para veículos.

O reduzido número de espaços públicos e áreas livres é igualmente crítico nos arredores da zona planejada e nas periferias mais longínquas, onde predominam a superfície construída e asfáltica. Desde as favelas até as *gate communities* suburbanas, os processos de explosão demográfica (*urban sprawling*) e de gentrificação fazem com que a textura urbana avance de forma preocupante sobre as bordas verdes.

A herança arquitetônica, por sua vez, é objeto de constantes demolições e desfigurações. As medidas de preservação, muitas vezes isoladas e parciais, não resistem aos típicos dribles legais e políticos, com sua ânsia por benefícios setorializados.<sup>7</sup> A falta de um adequado planejamento, que considere efeitos ambientais a curto e a longo prazo, presente já no projeto original da cidade, está respaldada por uma administração pública pressionada por agentes e fatores como crescimento demográfico, mercado e especulação imobiliária.

### Considerações finais

Na situação crítica da paisagem atual observam-se efeitos do impacto do projeto urbanístico original, mas deve-se ressaltar que o salto temporal aqui empregado é metodologicamente parcial. Durante os mais de cem anos de evolução da cidade, interveio uma complexidade de fatores que não estavam, no início, necessariamente previstos. Mesmo assim, a correlação entre os dois momentos históricos revela uma permanência de conceitos potencialmente relevantes para a atualização do conhecimento sobre o urbanismo contemporâneo. A situação atual de algum modo deriva do contexto precedente da criação da cidade.

O que foi aqui apresentado é mais uma leitura diagnóstica, tornando-se, pois, desejável e necessário propor formas criativas e comprometidas de intervenção. Muitos dos conceitos elaborados são passíveis de aplicação a situações urbanas semelhantes encontradas em outros lugares e cidades do Brasil, das Américas e mesmo de ultramar. A transformação do território e a atividade do planejamento urbano são fenômenos comuns a contextos contemporâneos diversos. A problemática específica envolvendo a cidade de Belo Horizonte serve de referência não só para a reflexão dos rumos tomados pelo fenômeno urbano mas também para o aperfeiçoamento do sentido crítico comum.

### BIBLIOGRAFIA

Alexander, C. et al. (1977), *A Pattern Language*, Nova Iorque: Oxford University Press.

Benjamin, W. (1998), *Poesía y capitalismo. Iluminaciones II*, Madrid: Taurus.

Caldeira, J. (1998), *Praça: território de sociabilidade - Uma leitura do processo de restauração da Praça da Liberdade de Belo Horizonte*, Dissertação de Mestrado em História, Campinas: UNICAMP.

Comissão Construtora da Nova Capital (1997), *Album de vistas locais e das obras projectadas para a edificação da nova cidade*, Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Estado de Minas (1996), *BH 100 anos. Nossa história*, Belo Horizonte: Estado de Minas.

Ferreira, M. (2003), *A proteção ao patrimônio natural urbano - Estudo de caso sobre a Serra do Curral, Belo Horizonte/MG*, Dissertação de Mestrado em Geografia, Belo Horizonte: UFMG.

---

<sup>7</sup> Para um exemplo de crítica à manipulação política e legal, praticada no projeto de revitalização da Praça da Liberdade de Belo Horizonte, cf. Oliveira (2007).

Fundação João Pinheiro (1997), *Panorama de Belo Horizonte. Atlas histórico*, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.

Gomes, M.A., Lima, F. (2005), “Pensamento e prática urbanística em Belo Horizonte, 1895-1961”, in M. C. da Silva Leme (Ed.), *Urbanismo no Brasil 1895-1965*, Salvador: EDUFBA.

Harvey, D. (1993), “Class Relations, Social Justice and the Politics of Difference”, in M. Keith e S. Pile (Eds.), *Place and the Politics of Identity*, Londres e Nova Iorque: Routledge.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), Fontes estatísticas, disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.

Leme, M. (Ed.) (2005), *Urbanismo no Brasil 1895-1965*, Salvador: EDUFBA.

Lynch, K. (1980) [1960], *A imagem da cidade*, Lisboa: Edições 70.

Oliveira, B. (2007), “Patrimônio e desenvolvimento em Belo Horizonte: ?alácios da Praça da Liberdade em risco”, *Arquitextos*, Vol. 80, n.º 401, disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg000/esp401.asp>.

Sitte, C. (1980) [1889], *Construcción de ciudades según principios artísticos*, Barcelona: Gustavo Gili.